

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
UNIPAMPA**

**TATIANA FRAGA PASTRE**

**O SINDICALISMO DOCENTE NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO (A)  
PROFESSOR (A): UMA ANÁLISE A PARTIR DO 16º NÚCLEO DO CPERS SÃO  
BORJA**

**SÃO BORJA  
2021**

**TATIANA FRAGA PASTRE**

**O SINDICALISMO DOCENTE NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO(A)  
PROFESSOR(A): UMA ANÁLISE A PARTIR DO 16º NÚCLEO DO CPERS SÃO  
BORJA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Ciências  
Humanas da Universidade Federal do  
Pampa, como requisito parcial para  
obtenção do Título de Licenciada em  
Ciências Humanas.

Orientador: Evandro Ricardo  
Guindani

**SÃO BORJA  
2021**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo  
(a) autor (a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de  
Recursos Institucionais).

P936            Pastre, Tatiana Fraga  
                  O SINDICALISMO DOCENTE NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE  
DO(A) PROFESSOR(A): UMA ANÁLISE A PARTIR DO 16º NÚCLEO DO  
CPERS SÃO BORJA / Tatiana Fraga Pastre.  
                  53 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)--  
Universidade Federal do Pampa, CIÊNCIAS HUMANAS, 2021.  
"Orientação: Evandro Ricardo Guindani".

1. Sindicalismo docente. 2. Identidade docente. 3.  
Trabalho docente. I. Título.

**TATIANA FRAGA PASTRE**

**O SINDICALISMO DOCENTE NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO(A) PROFESSOR(A):  
UMA ANÁLISE A PARTIR DO 16º NÚCLEO DO CPERS SÃO BORJA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Humanas - Licenciatura da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em Ciências Humanas.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 08 de outubro de 2021.

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Evandro Ricardo Guindani

Orientador

UNIPAMPA

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Solange Emilene Berwig

UNIPAMPA

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Yáscara Michele Neves Koga

UNIPAMPA



Assinado eletronicamente por **EVANDRO RICARDO GUINDANI, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 09/10/2021, às 09:18, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **YASCARA MICHELE NEVES KOGA GUINDANI, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 18/10/2021, às 11:08, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **SOLANGE EMILENE BERWIG, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 19/10/2021, às 08:39, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0635890** e o código CRC **91F3F10E**.

## AGRADECIMENTOS

A passagem pela universidade não foi nada fácil, foi um caminho doloroso por diversos motivos, mas sempre foi possível para mim contar com uma rede de apoio maravilhosa, as quais não poderia deixar de mencionar nos meus agradecimentos.

Primeiramente agradeço a minha mãe, Alessandra, que está constantemente ao meu lado, me apoiando e encorajando. Obrigada por ter acreditado em mim e sempre dito que eu conseguiria, foi a tua esperança e amor que muitas vezes me deu forças para continuar. Te amo infinitamente.

Agradeço imensamente ao meu companheiro, meu amor, Eduardo, por ter compartilhado comigo a vida e a trajetória acadêmica, por ter segurado a minha barra diversas vezes, por não ter soltado a minha mão e por sempre me lembrar do quanto eu sou capaz, quando eu me esqueço. Obrigada por todos os cafés, discussões teóricas e as aulas grátis sobre os assuntos que tu já tinhas estudado, e eu ainda não. Das coisas que a universidade me trouxe, você foi a melhor delas. Te amo e amo nós.

Agradeço também aos meus avós, Arthur e Catarina, não só pelo apoio durante o curso, mas pelos ensinamentos que levarei para vida. Carrego vocês onde vou, em minhas características como pessoa e dentro do meu coração, com todo meu amor.

Gratidão aos meus tios, Antero e Elira. Foi ouvindo os conselhos de vocês que cresci como pessoa, entendi como “a coisa” funciona e acordei correndo atrás dos meus sonhos, construindo uma vida. Obrigada também pelos inúmeros churrascos, principalmente no último semestre do curso, tão necessários para descontrair e não entrar em pânico. Amo vocês!

Obrigada Elcio, meu padrasto, que por vezes parece um pai, por todo apoio e carinho que tem comigo. Tem um lugar especial em meu coração.

Obrigada Arthur, Tierrri e Rafaela, primos queridos que sempre estiveram torcendo por mim, sinto o amor de vocês e retribuo. Vocês são demais.

Aos meus amigos, Tamires, Joberson, Andiara e Iris, obrigada por serem essas pessoas loucas que eu amo tanto, não desistiram de mim em meio aos surtos acadêmicos, e estiverem sempre presentes, me lembrando de que é preciso ir socialmente e descontrair, para não pirar.

Bruna, obrigada por tanto, minha amiga. Quando iniciei na universidade você foi meu maior exemplo de estudo e dedicação, de que é possível, de que o

conhecimento liberta, nos muda, nos revoluciona. Você é prova disso. Obrigada minha irmã, te carrego no coração.

Agradeço também as pessoas que me ajudaram no processo acadêmico, seja na construção desta pesquisa, ou no processo de estágio. As camaradas de tantas lutas, Maria de Fátima e Elizabeth, aguerridas e corajosas professoras, aprendi muito com vocês nesses anos de lutas, inclusive a não se conformar, a sempre se rebelar. Obrigada às professoras da escola Padre Francisco Garcia, em especial a Mariselda e Fabiane, que sempre foram atenciosas e prestativas, onde confiaram em meu trabalho e me deram autonomia para um processo de estágio real e enriquecedor.

Gratidão também aos professores Evandro e Yáscara, não consigo imaginar minha trajetória sem a influência de vocês, são exemplos para mim, e espero um dia ser metade dos professores que vocês são, comprometidos com a educação, com as pessoas, com a sociedade. Sempre lembrarei de vocês com carinho e lembrarei para sempre de tudo que aprendi com vocês.

Por fim, digo que todos que foram lembrados por mim carinhosamente ocupam um lugar em meu coração, e que da maneira de cada um, foram todos fundamentais para que eu conseguisse concluir esta etapa de minha vida. Por isso, repito: amo vocês, do fundo do meu coração.

*“A luta dos professores em defesa dos seus direitos e de sua dignidade deve ser entendida como um momento importante de sua prática docente, enquanto prática ética. Não é algo que vem de fora da atividade docente, mas algo que dela faz parte”*  
(Paulo Freire).



## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso pesquisa como temática central o sindicalismo docente, e como objeto de análise, a influência do mesmo sobre a construção e formação da identidade docente. O objetivo geral consiste em identificar as características do sindicalismo docente que influenciam na formação da identidade do(a) professor(a). A pesquisa possui como foco de análise o 16º Núcleo do CPERS Sindicato, localizado no município de São Borja. O método utilizado para nortear a produção da pesquisa será o método dialético, que permite a compreensão do processo histórico e também a investigação da realidade, uma vez que é constituída por três categorias essenciais: a historicidade, a contradição e a totalidade. Metodologicamente, a pesquisa baseou-se em análise bibliográfica e entrevistas, considerando uma pesquisa qualitativa. É discutido e teorizado a função do sindicato e a transformação social através da mudança nas superestruturas, buscando uma nova realidade. Os resultados apontam que há uma influência do sindicalismo na construção da identidade docente, mas ainda é pouco explorada.

Palavras chave: *sindicalismo docente – identidade docente - trabalho docente.*

## RESUMEN

Este trabajo de conclusión del curso investiga sindicalismo docente como tema central, y como objeto de análisis, su influencia en la construcción y formación de la identidad docente. El objetivo general es identificar las características del sindicalismo docente que influyen en la formación de la identidad del docente. La investigación tiene como foco de análisis el núcleo 16 del Sindicato CPERS, ubicado en la ciudad de São Borja. El método utilizado para orientar la producción de la investigación será el método dialéctico, que permite la comprensión del proceso histórico y también la investigación de la realidad, ya que consta de tres categorías esenciales: historicidad, contradicción y totalidad. Metodológicamente, la investigación se basó en análisis bibliográfico y entrevistas, considerando una investigación cualitativa. Se discute y teoriza la función de la unión y transformación social a través del cambio de superestructuras, buscando una nueva realidad. Los resultados se incluyen en las consideraciones finales, donde se analizó que la influencia del sindicalismo en la construcción de la identidad docente existe, pero aún está poco explorada.

Palabras clave: *sindicalismo docente – identidad docente - trabajo docente.*

## LISTA DE FIGURAS

*Figura 1* – Greve de 60 dias da categoria, que garantiu o direito ao 13º salário.....27

*Figura 2* – Greve dos educadores e educadoras do estado do Rio Grande do Sul, em São Borja, no ano de 2019, contra a Reforma no Plano de Carreira da categoria.....45

## LISTA DE TABELAS

<i>Tabela 1</i> – Quadro do associativismo docente da educação básica no Brasil. 1901-1931.....	22
<i>Tabela 2</i> – Uma breve cronologia do CPERS Sindicato.....	27/28

## **LISTA DE SIGLAS**

ABPPSP – Associação Beneficente do professorado público de São Paulo

APPMG – Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais

ASRP – Associação Sul Rio-Grandense de Professores

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CPB – Confederação do Professorado Brasileiro

CPERS - Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul

CPP – Centro de Professores Paulista

CPPE – Centro dos Professores Primários Estaduais

CPPP – Centro do Professorado Primário de Pernambuco

CUT – Central Única dos Trabalhadores

PT – Partido dos Trabalhadores

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. HISTORIOGRAFIA DO SINDICALISMO DOCENTE	17
2.1 Quando surgem as primeiras organizações dos trabalhadores	17
2.2 Sindicalismo Docente	19
2.3 O surgimento das organizações docentes	22
2.3 Diferenças e semelhanças do sindicalismo operário e sindicalismo docente	24
2.4 O 16º Núcleo do CPERS Sindicato	26
3. PENSANDO O SINDICATO	30
3.1 Lênin e a função dos sindicatos	30
3.2 A teoria e a prática: base para a formação sindical	32
3.3 A educação como alternativa revolucionária para categoria docente	34
4. O SINDICALISMO COMO PARTE DA IDENTIDADE DO (A) EDUCADOR(A)	37
4.1 Metodologia	37
4.2 A identidade sindicalista do (a) professor (a)	38
4.3 A atuação do 16º Núcleo do CPERS sindicato no cotidiano da categoria docente	43
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso, cujo tema é sindicalismo docente, tem por intuito analisar o perfil dos docentes do Estado do Rio Grande do Sul no que se refere a construção da identidade docente por meio da vivência sindical. A análise será feita a partir do 16º Núcleo do CPERS sindicato, localizado no município de São Borja.

Como problema de pesquisa, será questionado “Como o sindicalismo influencia no processo de construção da identidade do (a) professor(a)?”. A pesquisa se justifica por quatro elementos, sendo eles: a conexão entre a temática estudada e a futura profissão; a importância para a classe trabalhadora docente; a importância para a academia; a importância para a sociedade. Referente aos objetivos específicos, elencamos: 1) Levantar o histórico do sindicalismo docente e da atuação do 16º Núcleo do CPERS; 2) Pensar a identidade social do docente e a base ideológica por trás dela, e 3) Analisar o contexto político do trabalho docente no processo de vinculação com o sindicato.

O método utilizado será o método dialético, que permite à compreensão do processo histórico e também a investigação da realidade, através de três categorias essenciais: a historicidade, a contradição e a totalidade. Segundo Gil (2007), a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas e culturais. Esse método vai ao encontro da pesquisa qualitativa que preza o estudo da subjetividade, analisando o objeto em sua essência.

A pesquisa então será apresentada em 3 capítulos, sendo o primeiro de conceituação e historiografia do sindicalismo docente, quando surgem as primeiras associações e o nascimento do CPERS, bem como do 16º núcleo.

No segundo capítulo, será abordada teoricamente a função do sindicato, como o mesmo é visto, como deveria ser e a narrativa em torno desta temática atualmente. Uma alternativa de pensar a educação e o sindicato através da práxis será teorizada e discutida.

Por fim, no terceiro e último capítulo, será pensado a construção da identidade docente sob influência do sindicalismo, bem como analisadas as entrevistas com as diretoras do 16º núcleo do CPERS Sindicato no que se refere ao perfil docente que

compõe o núcleo. Será discutida a participação da categoria e quais as dificuldades de mobilização e engajamento por parte dos(as) professores(as) com a finalidade de compreender os fatores que determinam a luta sindical.



## **2. HISTORIOGRAFIA DO SINDICALISMO DOCENTE**

Neste capítulo será abordada a historiografia do sindicato e do sindicalismo docente, quando surge o sindicalismo operário e quando a profissão docente passa a se organizar enquanto categoria e posteriormente enquanto sindicato. Serão discutidas as diferenças entre o sindicalismo operário e o sindicalismo docente, e problematizada a questão do trabalho docente, que pode ou não ser visto como um trabalho proletário. Neste capítulo também será apresentado e caracterizado o CPERS Sindicato, bem como o 16º Núcleo.

### **2.1 Quando surgem as primeiras organizações dos trabalhadores**

Enquanto origem, a organização por parte dos trabalhadores inicia na Europa no século XVIII, quando a Revolução Industrial passa a substituir parte da mão de obra por maquinários. Nesse momento, o antagonismo de classes fica em evidência, ou seja, a classe trabalhadora que é explorada pela burguesia reivindica direitos relacionados às condições de trabalho, como melhor remuneração e diminuição da carga horária, o que acabou por formar as “trade unions”, organizações sindicais que hoje seriam os sindicatos.

No Brasil, quando ocorre a Proclamação da República somada ao fim do sistema escravocrata, a economia passa por uma grande mudança, já que o trabalho passa a ser assalariado. Sendo assim, passam a ocorrer imigrações, os europeus vêm para o Brasil para buscar trabalho e acabam encontrando um país com pouquíssimas leis trabalhistas e péssimas condições de trabalho. Como na Europa o sistema econômico e de trabalho já se encontrava mais avançado, os imigrantes passaram a influenciar as organizações dos trabalhadores para reivindicações, e então surgem as primeiras “uniões operárias” no Brasil.

Nesse sentido, o sindicalismo surge no Brasil através do sindicalismo operário, e até 1930 (ainda na Era Vargas) eram os trabalhadores na linha de frente dessas organizações sindicais. Nesse período Getúlio Vargas (presidente do Brasil) passou o comando dos sindicatos para as mãos do Estado, como forma de controle ideológico e burocrático. Segundo Souza (2017), com essa finalidade Vargas cria o Ministério do Trabalho, junto com outras medidas, como o decreto 19.770 de 1931:

[...] o controle financeiro do Ministério do Trabalho sobre os recursos dos sindicatos, inclusive proibindo a utilização destes recursos em períodos de greve;

[...] a participação do Ministério nas assembleias sindicais;

[...] que atividades políticas e ideológicas não poderiam existir por parte dos sindicatos;

[...] veto à filiação de trabalhadores a organizações sindicais internacionais;

[...] proibição da sindicalização dos funcionários públicos;

definição do sindicato como órgão de colaboração e cooperação com o Estado;

[...] participação limitada dos operários estrangeiros nos sindicatos. Este era um ponto bastante problemático, já que boa parte das lideranças sindicais ainda era de origem estrangeira;

garantia de sindicato único por categoria, a chamada unicidade sindical (BRASIL, 1931).

Podemos observar então que durante a Era Vargas os sindicatos enfrentaram um grande engessamento, repressão e tentativa de controle por parte do ditador Vargas, que destinou ao Estado a formulação de políticas das organizações visando a dominação da classe trabalhadora. Os “mandos” citados acima são considerados antidemocráticos e uma ameaça aos trabalhadores pois apresentam inúmeras problemáticas, como por exemplo o veto à filiação de trabalhadores a organizações sindicais internacionais, que influencia diretamente na formulação das políticas internacionais do trabalho, que nesse caso ficam sem discussão e conseqüentemente sem avanços. A proibição da sindicalização dos funcionários públicos também apresenta uma forte característica de repressão, tendo em vista que os funcionários do Estado devem possuir autonomia não só para reivindicações da categoria, mas também para construir o serviço público longe das mazelas corruptas do Estado.

Em 1960 o cenário muda e as lutas sindicais avançam. Ocorrem manifestações grevistas e também o III Congresso Sindical Nacional, onde foi criado o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores). Com as ligas camponesas, também cresciam os sindicatos rurais. Esse momento do sindicalismo foi interrompido com o golpe militar de 1964, com uma forte perseguição do Estado aos trabalhadores e o controle do Estado sobre os sindicatos também retornou. Somente em 1970, com as greves dos operários em São Paulo, que o sindicalismo voltou a ganhar força. Segundo Souza (2017), a motivação para as greves está ligada a inflação:

A motivação das greves foi o movimento pela reposição dos 31%: o governo até então vinha mascarando os índices de inflação, o que gerou grandes perdas salariais. A manobra foi denunciada pelo Banco Mundial em 1977, o que despertou a revolta nos trabalhadores.

A jornada de luta nos anos 1970 inseriu o movimento operário no cenário político, econômico e social brasileiro, levando a criação da Central Única dos

Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT), que passaram a organizar diversas greves gerais nos anos 1980 e desempenharam importante papel em movimentos políticos como as Diretas Já (SOUZA, 2017, s/p)

Com muita luta por parte dos sindicatos, lideranças sindicais e principalmente da classe trabalhadora, foi possível trazer o debate político ideológico para construção dos sindicatos, tornando assim um pouco mais democrática a formação e o diálogo interno. Nos anos 70 e 80 outras conquistas da classe trabalhadora devem ser somadas, como a criação da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e também do PT (Partido dos Trabalhadores), que independente de críticas atuais, no período mencionado foi de extrema relevância para o avanço da luta da classe trabalhadora.

A constituição federal de 1988 também trouxe alguns avanços e mudanças, como por exemplo, a possibilidade de sindicalização por parte dos servidores públicos, a necessidade de comunicar o ministério público sobre a existência de uma organização sindical que saiu de vigor, dentre outras.

## **2.2 Sindicalismo Docente**

Os sindicatos dos professores (as) são ferramentas de luta da classe trabalhadora docente, espaço destinado à organização de uma categoria para pensar as reivindicações, direitos e avanços de uma profissão. No caso do sindicalismo docente que está dentro do meio educacional, tais características do sindicalismo não se limitam apenas à defesa da categoria, como também das escolas/instituições, demais trabalhadores da educação, políticas educacionais e até mesmo a luta contra o projeto de educação positivista e mercadológico vigente no país. Para Cattani (2002), o sindicalismo docente “é a expressão de organização de luta de trabalhadores, de defesa e conquista de direitos, portanto, criado para compensar a fraqueza do trabalhador atomizado na sua relação contratual com o capital”.

Desde o Século XIX as associações de professores(as) (ainda não sindicatos), passaram a se organizar enquanto categoria a partir das redes de ensino público, mais especificamente a partir de 1930. Como era no período de ditadura militar os sindicatos foram em partes “proibidos” somente com o fim da ditadura em 1985 e com a Constituição de 88 que os sindicatos dos professores passaram a se constituir de

maneira mais consolidada. No período ditatorial, as organizações ainda aconteciam, mas dentro de muitas limitações devido ao proibicionismo.

Sendo assim, após a ditadura as organizações sindicais se fortalecem, criando vínculos com centrais sindicais e demais formas de avanços na luta no que se chamava de “novo sindicalismo”.

Emblemáticas, então, do sindicalismo especialmente do professorado público, são as mobilizações massivas, típicas do “sindicalismo combativo”; a organização pela base, isto é, por local de trabalho (escola) e região, representando-se finalmente em organizações regionais; a paulatina identificação com o “novo sindicalismo”, por meio da filiação das entidades à CUT (Central Única dos Trabalhadores); e a posterior unificação de docentes e funcionários de escolas em entidades únicas, no que tange ao ensino básico. Nesse caso e atualmente, quem congrega nacionalmente as demais entidades regionalizadas é a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), originada da CPPB (Confederação dos Professores Primários do Brasil) (FERREIRA, 2010, s/p).

Enquanto características do sindicalismo docente, o acordo entre os autores e autoras que pensam o sindicalismo está no fator luta. Segundo Ferreira (2010), em síntese e de maneira mais mecanicista, o sindicato é:

Associação de caráter voluntário, sem fins lucrativos, cujo objetivo é organizar e representar o professorado (sócios e não-sócios) na defesa de interesses individuais e coletivos, particularmente quanto à melhoria das condições e valor do trabalho e das condições de ensino, mas também em relação à implantação de políticas educacionais (com suas consequências para a organização do trabalho e a qualidade da educação) (FERREIRA, 2010, s/p).

Nesse sentido, o sindicato está definido como ferramenta de defesa, que pode ser entendido nos mais diversos âmbitos, mas principalmente no que se refere à representatividade e representação judicial, tendo em vista que além das ruas, a justiça está relacionada com questões salariais, de greve, planos de carreira, dentre outras questões.

Para Antunes (1985), os sindicatos são “associações cunhadas pelos operários, com o objetivo de encontrarem segurança, defesa e contra os abusos do capitalismo”. O sistema capitalista, que é um sistema baseado na exploração, está diretamente ligado às reivindicações de cunho salarial, ou seja, um salário digno, bem como uma jornada de trabalho menos esgotante, um plano de carreira que traga seguridade, pois é esse sistema que determina a relevância da educação, do profissional da educação, e sendo assim, se entende que o sindicato deve estar

presente na luta cotidiana da categoria, enfrentando não só os governos mas também o sistema, para que seja construída a luta por uma nova realidade dos trabalhadores (as) da educação, com emancipação política, econômica e social.

Para Althusser (1974), os sindicatos possuem elementos em sua estrutura que caracterizam um espaço político, com cunho ideológico, já que defende os interesses de classe, e sendo assim, pode se tornar também o oposto de sua função, se tornando um aparelho do Estado. Segundo o autor, é possível que isso ocorra de diversas formas, seja por ditaduras, ações antidemocráticas do governo, partidos políticos de extrema-direita assumindo cargos representativos, dentre outros.

Enquanto função, o sindicalismo docente pretende construir a transformação social, através da prática pedagógica e da organização sindical, construindo também a consciência de classe, da realidade docente e das demais categorias da classe trabalhadora.

O sindicalismo docente estaria, desta forma, ao assumir suas responsabilidades pedagógicas, comprometido irremediavelmente com a disseminação da consciência de classe de amplos setores dos que atuam no universo educacional, contribuindo com a superação de uma falsa consciência, uma consciência ingênua das coisas, da vida econômica e da política, para uma consciência crítica e transformadora da realidade social. Claro que se trata de um pequeno gesto, mas de grande importância para os que buscam estabelecer uma efetiva aproximação do sindicalismo docente com os movimentos sociais, populares e políticos implementados pelos trabalhadores do campo e da cidade. O sindicalismo docente, ao tomar partido pela tarefa de contribuir com a organização da cultura e da sociedade, assume conscientemente uma parte das responsabilidades políticas na construção social de uma contra-ideologia voltada para o homem coletivo e, portanto, comprometida com a socialização da riqueza material e imaterial que a humanidade foi capaz de construir (MATOS; BAUER, s/a, p.15).

O sindicalismo docente hoje ainda é uma grande ferramenta de luta da classe trabalhadora docente. Por mais que pouco explorada, essa ferramenta de mobilização e organização da categoria se vê em meio à perfis relativos e diversos, com interesses diferentes, em outras palavras, com pouca unidade, pois muitos fatores influenciam no engajamento militante, principalmente o sistema econômico e o Estado, que aparelhados burocratizam os sindicatos e limitam o máximo possível o avanço da luta de classes, como forma de garantir que o sistema capitalista continue explorando e oprimindo.

### 2.3 O surgimento das organizações docentes

A origem do associativismo docente no Brasil se dá em 1901, mais especificamente no dia 27 de janeiro, quando a primeira associação de professores públicos foi fundada. Chamava-se ABPPSP (Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo).

Essa associação se propunha a reunir professores do ensino público para proporcionar benefícios aos seus membros, como prestação de serviços de saúde, assistência financeira em caso de moléstia, invalidez ou necessidade momentânea, assistência jurídica e manter o aprimoramento moral e intelectual do professorado paulista (RÊSES, 2015, p.55).

Tais benefícios mencionados também caracterizam alguns sindicatos docentes nos dias de hoje, em alguns casos, como no do CPERS Sindicato, que alguns serviços não são necessários devido já estarem presentes nos direitos trabalhistas, como por exemplo, o acesso à saúde.

Certamente houveram intenções de organização antes deste primeiro registro, porém o debate em torno das representações políticas da categoria ainda não havia avançado, e sequer publicações referentes ao tema existiam para que se pudesse ampliar essa discussão.

Em 1929 o ASRP (Associação Sul Rio-Grandense de Professores) também é registrada e passa a defender os interesses da categoria. Neste período, o governo de Getúlio Vargas possuía uma política proibicionista quanto às organizações sindicais/associativas, considerando que tais organizações deveriam possuir o gerenciamento do Estado. Segundo Cardoso (2011), o estatuto da ASRP entre os anos de 1929 e 1952 previa:

a) Pugnar pelo aperfeiçoamento da instrução e da educação no Rio Grande do Sul. Introduzindo métodos e processos novos, adaptando ou não outros já usados em alguns países, criando bibliotecas e laboratórios pedagógicos, realizando palestras, promovendo congressos, caravanas de professores, etc.; b) Procurar manter e aumentar a coesão entre os vários elementos que, no Rio Grande do Sul, se dedicam ao magistério oficial ou particular, seja primário, secundário, superior, profissional ou artístico; c) Manifestar-se sobre reformas e modificações feitas nos vários departamentos da instrução e educação relativas ao problema educativo no Rio Grande do Sul; d) Intervir, sendo solicitada, na defesa dos direitos ou da reputação dos seus associados quando estes injustamente forem prejudicados; e) Criar secções em todos os municípios de nosso Estado; f) Tornar-se o mais breve possível em sociedade beneficente também; g) Aproximar os paes dos professores; h)

Solenizar em todo o Estado o dia 15 de outubro, consagrado ao professor (CARDOSO, 2011, s/p).

Os objetivos (profissional, pedagógico, político e social) presentes no Estatuto se encontram interligados às finalidades do mesmo, e se for analisado o aspecto político, segundo Cardoso (2011), o mesmo manifesta os diferentes interesses da categoria, bem como a defesa da educação e da escola.

Os objetivos políticos, conectados a todos os outros, remetem-se ao panorama dos conflitos internos e externos da organização, ou seja, é um embate de interesses, que vão desde os individuais aos coletivos. No caso da ASRP, estes conflitos priorizam na maioria das vezes a defesa dos interesses dos professores enquanto profissionais e, num segundo plano, dos aspectos educacionais de âmbito geral (CARDOSO, 2011, s/p).

As primeiras associações que se tem registro apresentam características e objetivos semelhantes, ambas surgem para garantia de direitos e prestam serviços de auxílio à saúde e assessoria jurídica. Nesse sentido, a estrutura das associações se assemelha aos sindicatos de hoje, mesmo com algumas diferenças de conjuntura e contexto histórico. Algumas características ainda permanecem até os dias de hoje, como por exemplo, as reivindicações. Mesmo que se passe 100 anos, os(as) professores(as) sempre estarão lutando por um salário digno, em defesa ou criação de planos de carreira e por justiça social. Se esse fator não muda com o decorrer dos anos, o projeto de educação dos estados também não mudou: está a serviço do capital.

**Tabela 01 – Quadro do associativismo docente da educação básica no Brasil, 1901-1931.**

<b>ORGANIZAÇÃO</b>	<b>UF</b>	<b>SIGLA</b>	<b>ANO DE FUNDAÇÃO</b>
Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo	SP	ABPPSP	1901
Confederação do Professorado Brasileiro	RJ	CPB	1926
Centro do Professorado Primário de Pernambuco	PE	CPPP	1929
Associação Sul Rio-Grandense de Professores	RS	ASRP	1929
Centro do Professorado Paulista	SP	CPP	1930
Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais	MG	APPMG	1931

**FONTE:** (COELHO apud RÊSES, 2015; Catani, 1989; Lugli, 2002; Silva, 2004; Cardoso & Tambara, 2011; Cruz, 2008.)

Essas associações são oriundas da chamada fase da organização da categoria enquanto “mutualista”, que representa o início das organizações, quando ainda não eram sindicais.

A “fase mutualista” corresponde às perspectivas associativas em que, pela ausência do Estado, os trabalhadores sentiram a necessidade de se protegerem contra alguns infortúnios que assolam os trabalhadores ao longo de sua vida profissional (assistência à saúde, auxílio-funeral, caixa beneficente para aposentadoria, etc.) (CARDOSO, 2011, p.31).

Sendo assim, esse período de associações no Brasil apresenta importância devido a construção histórica da resistência da categoria docente, que mesmo enfrentando as mazelas do sistema capitalista se insere nas lutas em defesa da educação, dos direitos trabalhistas e de um Estado forte e organizado, que tenha como compromisso atender as demandas do seu povo. Essas associações iniciaram o processo histórico de construção da luta sindical docente em um período de violência para com aqueles que se propunham a lutar e enfrentar os governos.

### **2.3 Diferenças e semelhanças do sindicalismo operário e sindicalismo docente**

A discussão sobre o sindicalismo operário e o sindicalismo docente possui como base central as características de trabalho que as diferenciam. O operariado utiliza da sua força de trabalho manual e está inserido em sua grande maioria no setor de produção industrial, possui essas características como centrais. Já se tratando dos(as) docentes, se discute o trabalho intelectual, que no entendimento de alguns, pode ser um trabalho destinado à classe média, seja pelo estereótipo do trabalho intelectual bem remunerado (o que nem sempre é verdadeiro) ou pela própria postura da categoria frente as lutas da classe trabalhadora, no que se refere ao sentimento de não pertencer a esta classe (trabalhadores(as)).

Segundo Rêses (2015), os professores(as) “ora são vistos como funcionários do Estado, e assim como membros apequenados das classes médias, para como agentes oriundos das classes trabalhadoras, mas delas se distanciando por terem sido escolarizados”. Ou seja, existe certa confusão quando se fala sobre a profissão docente e o distanciamento da classe trabalhadora, porém, também é fácil perceber



a alienação presente no trabalho docente. Segundo Rêses, é preciso pensar algumas diferenças e semelhanças entre o sindicalismo operário e o sindicalismo docente:

Defensores da tese da proletarização ressaltam que, por serem comuns no cotidiano escolar os modelos tayloristas de organização do trabalho, como é o caso de normas empresariais para a gestão da escola, cresce o processo de heteronomia no exercício da docência, fazendo com que os professores encontrem-se em situação semelhante àquela dos trabalhadores da produção industrial e de setores técnico-burocráticos. Em consequência perdem o controle de seu próprio trabalho. [...] esta similaridade com os trabalhadores industriais e técnico-burocráticos não seria completa, o que produziria uma certa ambiguidade quanto à definição de pertencimento de classe do magistério e à sua profissionalização. Os professores ainda permaneceriam em meio a um processo de proletarização inconcluso, que permitiria em algum grau, uma certa autonomia em seu trabalho, ao passo que os operários, já há muito tempo, se encontrariam na condição de subsunção plena ao capital (RÊSES, 2015, p.36).

Para entender a condição de trabalhador do(a) professor(a), segundo Marx (1985), no que se refere a produção não material (intelectual), a ideia de proletarização deste trabalho pode ser sustentada em dois momentos: 1) quando o professor(a) perde o controle do seu trabalho e 2) desqualificação do trabalho e massificação do trabalho. Nas instituições de ensino os(as) professores(as) podem ser vistos como meros assalariados, por exemplo. Em outras palavras, o trabalho docente (intelectual) pode ser considerado proletário, mas não totalmente.

Outro fator que aproxima a classe trabalhadora docente da classe trabalhadora operária é a baixa remuneração, que hoje é um dos fatores que acarretam às greves de ambas as categorias, mas que marcaram a carreira docente do Estado do Rio Grande do Sul de maneira violenta nos últimos 10 anos, sem reajuste e reposição, gerando um enorme arrocho salarial. Segundo Braverman:

Uma ampla classe média não proletária voltou-se à criação de um vasto proletariado sob nova forma. Em suas condições de emprego está a população trabalhadora perdeu todas as antigas superioridades sobre os trabalhadores fabris, e em suas escalas de salários desceu quase ao nível mais baixo (BRAVERMAN, 1987, p. 299/300).

O trabalho do(a) professor(a) ser desvalorizado a ponto de resultar em remunerações miseráveis está diretamente associado ao projeto de educação brasileira que prevê a formação de mão de obra barata e alienada, bem como não tem como objetivo a criticidade e construção do conhecimento, para que tal projeto venha a se consolidar. Para Frigotto (1984, p.27), o espaço escolar é um “locus que ocupa

cada vez mais gente e em maior tempo e que, embora não produza mais-valia, é extremamente necessária ao sistema capitalista para a realização de mais-valia”.

Pensando as similaridades e diferenças dos sindicatos operários e os sindicatos docentes, se destaca a importância do entendimento da categoria docente enquanto classe trabalhadora, que sofre com as mazelas do sistema capitalista e que precisa se somar às lutas não só de sua categoria, mas da classe trabalhadora como um todo, para que a luta dos (as) trabalhadores (as) seja sempre maior e mais forte para enfrentar os mandos e desmandos do Estado burguês e dos acumuladores de riquezas.

Considerando que a profissão docente não se resume no conteudismo, apenas, se compreende que a crise de identidade que envolve o (a) docente faz com que não se reconheça enquanto classe trabalhadora, o que é intencional e sistemático, já que a falta de consciência de classe é o que limita a classe e engessa as lutas.

#### **2.4 O 16º Núcleo do CPERS Sindicato**

O CPERS Sindicato (Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sindicato dos Trabalhadores em Educação) foi fundado no ano de 1945, e hoje representa cerca de 80 mil servidores públicos, dentre eles professores, funcionários e especialistas da rede estadual. É considerado o segundo maior sindicato da América Latina (CPERS, 2019).

Este sindicato organiza-se através de 42 núcleos distribuídos pelo Estado do Rio Grande do Sul. Enquanto instâncias deliberativas, em teoria, iniciam-se nas escolas, passando pelos conselhos dos núcleos, assembleias municipais e regionais, conselho geral e sua instância máxima, a Assembleia Geral. Os congressos ocorrem a cada dois anos, espaço este destinado a alterações do Estatuto do CPERS e debates sobre as teses propostas referente ao alinhamento político. Embora as descrições e políticas do sindicato venham a possuir um discurso apartidário no sentido teórico, se organizam também a partir de correntes internas político partidárias. Nesse sentido, divergências pontuais e de organização sindical também estão presentes no cenário do CPERS, onde o debate político é muito rico e presente.

Como se divide em núcleos, o CPERS possui o 16º Núcleo localizado na cidade de São Borja, que fica na fronteira oeste do Rio Grande do Sul. No ano de 1979, em meio a ditadura militar, nasce o 16º Núcleo, que abrange os municípios de São Borja,

Maçambará, Itaqui, Itacurubi e Garruchos, em meio a greve que durou mais de dez dias.

Na primeira greve deflagrada em 1979, que durou treze dias, em plena ditadura militar, um grupo guerreiro que resultou deste movimento fundou em 29/11/79 o nosso 16º núcleo/São Borja [...] O magistério demonstrou importante apoio para o retorno da democracia, sendo a primeira categoria do Estado e a segunda do Brasil em entrar em greve após o golpe militar de 1964 (REVISTA 16º NÚCLEO CPERS SINDICATO, 2008, s/p).

O Núcleo conta hoje com a média de 1.100 associados (se soma os associados de São Borja juntamente com os associados dos municípios atendidos) e conta com a seguinte diretoria: Elizabeth dos Santos Braga (diretora geral), Maria Eli Santos Barbosa Camargo (vice-diretora), Josiane Almeida Correa (secretária), Ana Maria Ortiz Belmonte (tesoureira) e Maria de Fátima Oliveira Pedroso, Silvia Terezinha Silva Dorneles, Silvana Pinheiro Canellas, Vera Cristina da Silva Martinez e Zoila Terezinha Moraes Silva como diretoras.

Segundo Correa (s/a), o CPERS Sindicato é um movimento de muitas lutas, e sintetizando suas atividades, o autor reflete a influência do sindicato nas conquistas das categorias (funcionários e professores).

A história do CPERS/Sindicato é uma história de lutas, resistências e conquistas. É a história de grandes manifestações, greves, passeatas, caravanas e acampamentos sempre em defesa não apenas dos interesses específicos da categoria (ainda que em alguns momentos tenha priorizado as questões econômicas), mas principalmente, a defesa da escola pública e de um ensino de qualidade. Desse modo, os interesses econômicos da categoria e a defesa intransigente de uma escola pública de excelente qualidade sempre estiveram presentes nas pautas de reivindicações da entidade, como vários autores que estudaram sua constituição histórica assim comprovaram (CORREA, s/a, p.2).

Após sua fundação em 1945 muitas foram as lutas sindicais. Primeiramente denominado como CPPE (Centro dos Professores Primários Estaduais), possuía como objetivo dignidade profissional, educação pública de qualidade e defesa da democracia. Como principais conquistas da categoria através do sindicato, estão registrados o plano de carreira de professores (as) e funcionários(as) e o 13º salário.

**FIGURA 1** – greve de 60 dias da categoria que garantiu o direito ao 13º salário.



**FONTE:** Site do CPERS SINDICATO – 1985

A história do CPERS sindicato apresenta um grande número de greves e paralisações, ferramenta utilizada para negociar com os governos.

**Tabela 2 – Uma breve cronologia do CPERS Sindicato.**

ANOS 50	ANOS 60	ANOS 70	ANOS 80	ANOS 90	ANOS 2000
Criação do primeiro Estatuto	CPPE se torna CPPERS (Centro dos Professores Primários do Estado do Rio Grande do Sul.	CPPERS se torna CPERS (Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul)	Muitas greves (21 dias, 60 dias, 96 dias)	Os funcionários da escola passam a se integrar ao sindicato	Conquista do plano de carreira dos funcionários de escola
Luta contra os cortes nas gratificações e abonos da categoria	Luta pela melhoria salarial.	Conquista do plano de carreira	Conquista do 13º salário	Greves (58 dias, 74 dias)	Greves (32 dias, 37 dias)
Início da luta pela aposentadoria aos 25 anos de serviço	Conquista do decreto Estadual que prevê eleições para diretores de escola	Primeira greve da categoria (13 dias)	A sineta se torna um símbolo do sindicato	Criação do Congresso Estadual	

	(revogada pelo AI-5)				
1956 – Primeira paralisação grevista		Conquista da sede própria do sindicato	O CPERS passa a ser oficialmente um sindicato (após a Constituição de 88)	Criação do Departamento dos funcionários	

**FONTE:** Site CPERS – 2019 – Nossa História: 1945 das origens

As greves citadas na tabela 2 trouxeram inúmeras conquistas para categoria, a primeira delas (que durou 13 dias), por exemplo, reivindicavam o estabelecimento do piso salarial e um aumento de 30% no salário, e estava questionando os critérios de contratação de novos professores(as). A categoria conseguiu a nomeação de 20 mil concursados e 70% do reajuste salarial parcelado.

O CPERS se torna um exemplo de que a luta vale a pena, que as conquistas são possíveis, mas que a articulação e organização da categoria precisam estar diretamente ligadas a construção do espaço sindical, que para além das reivindicações o sentimento de pertencer e construir o sindicato precisa fazer parte da identidade social do(a) professor(a) para que a categoria esteja atenta e resistente aos ataques dos governos inimigos da educação e da classe trabalhadora docente.

### **3. PENSANDO O SINDICATO**

Este capítulo será dedicado a entender a função do sindicato, como ele já foi, como ele é nos dias de hoje e pensar como deveria ser, a partir de algumas críticas e considerações de análises. Uma alternativa revolucionária para educação e para categoria será pensada, sem a pretensão de esgotar tal debate, mas visando apresentar uma proposta de movimento político sindical possível dentro do contexto do sistema capitalista. Sistema este, que melhor se estabelece com o trabalhador docente alienado e sem criticidade, por isso, se torna necessária uma resistência da classe trabalhadora docente, que por contar com o trabalho intelectual, está mais próxima de perceber suas correntes e lutar contra elas.

#### **3.1 Lênin e a função dos sindicatos**

Vladimir Lênin foi um grande líder revolucionário russo, militante, intelectual e estrategista que dedicou sua vida a pensar o capitalismo, imperialismo e o Estado, também pensou o sindicato, sua função e forma de atuação para mobilizar a classe trabalhadora. Em síntese, Lênin acreditava na transformação social, entende a revolução como um processo, uma construção, onde a educação e a escola são ferramentas indispensáveis neste caminho de busca por uma sociedade diferente.

Lênin irá problematizar o sindicato neutro, ou neutralidade sindical, que segundo ele, é uma das mazelas do sistema capitalista para manter a classe trabalhadora distante de qualquer interação com o socialismo, o que distancia o sindicato de sua função, considerando que o objetivo do sindicato para ele é justamente servir de ferramenta de organização e luta dos trabalhadores e trabalhadoras, não só nas reivindicações da categoria como na busca por justiça social e democracia. Como neutralidade, se entende a tentativa de boicotar o debate político ideológico, onde se alega que é preciso ser “neutro” ou “imparcial”, o que acaba por gerar um medo de tomar posição, de lutar em defesa de seus direitos e de admitir que a sociedade é dividida em classes e que tal divisão irá gerar conflitos, o que é natural.

Para Lênin, a neutralidade sindical seria uma forma de a burguesia engessar o sindicato e o debate político.

Em cada país capitalista existe um partido socialista e sindicatos, cumprindo-nos determinar as principais relações entre eles. Os interesses de classe da burguesia provocam, inevitavelmente, o desejo de limitar os sindicatos a uma atividade insignificante e estreita dentro dos moldes do regime vigente, afastá-los de qualquer relação com o socialismo, razão por que a teoria da neutralidade é um disfarce ideológico destas tendências burguesas. Os revisionistas dentro dos partidos social-democratas, de uma ou de outra forma, sempre acabarão por abrir um caminho na sociedade capitalista (TIE BRASIL apud LÊNIN, 1908, p.23).

A neutralidade como forma de controle sindical acaba atendendo aos interesses da burguesia porque desconsidera o antagonismo de classes, fazendo assim com que a classe trabalhadora permaneça distante da consciência de classe e conseqüentemente da revolta para com quem os explora, sejam patrões ou o próprio Estado, tornando o pensamento sobre justiça social algo distante.

As correntes políticas leninistas e marxistas que estão inseridas nos sindicatos são responsáveis por combater tais engessamentos do capital e da burguesia, e o fazem, pois compreendem que para que exista transformação e justiça social, é preciso enfrentar as classes dominantes, como bem diz Marx e Engels (1984), “Os filósofos têm interpretado o mundo de maneiras diferentes, a questão é transformá-lo”.

Segundo Engels (2008), os sindicatos “são a escola de guerra dos trabalhadores, nas quais eles se preparam para a grande luta que não pode ser evitada”. Por isso o pensamento de construir um sindicato a partir de uma base bem instruída, organizada e que possui a teoria revolucionária enquanto prática de vida é tão perigosa para as classes dominantes, pois é quando a luta da classe trabalhadora se torna inevitável.

Mesmo que Lênin não tenha pensado em específico o sindicalismo docente, existem inúmeros aspectos do sindicalismo operário que dialogam com o sindicalismo docente e devem ser incorporados às teorias e práticas. Lênin defendia que a teoria revolucionária era de extrema relevância para a construção da luta da categoria, já que não acreditava na “espontaneidade”, para ele, era necessário conhecer e dominar a teoria, torná-la prática de vida, e não apenas seguir fluxos momentâneos de engajamento militante.

O movimento operário espontâneo não pode criar por si mesmo mais do que trade-unionismo (e inevitavelmente a cria), e toda política trade-unionista da classe operária é precisamente a política burguesa da classe operária. A participação da classe operária na luta política, e mesmo na revolução

política, não transforma, de modo algum, a sua política em política socialdemocrata (LÊNIN, 2020, p. 43)

Sendo assim, Lênin pensa um sindicato combativo, atuante, formado pela base e pautado na teorização da luta política, onde a classe trabalhadora encontra respaldo, união e força, podendo assim se organizar, mobilizar e construir uma nova realidade, modificado, voltado para justiça social, visando a democracia revolucionária, pelo povo.

### **3.2 A teoria e a prática: base para a formação sindical**

Além de Lênin, outros autores pensam a teoria e prática como aliadas fundamentais na construção da luta da classe trabalhadora. Segundo Marx e Engels (1984), a prática, ou a práxis, precisa estar diretamente ligada a teoria e vice-versa, considerando que a teoria antecede a prática, mas de nada vale se não posta em exercício.

A questão de saber se o pensamento humano pertence a verdade objetiva – não é questão da teoria, mas uma questão prática. É na práxis que o homem tem de comprovar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno, do seu pensamento (MARX; ENGELS, 1984, p. 107).

Na perspectiva do sindicalismo docente, podemos afirmar que se faz necessário integrar teoria e prática na formação da identidade docente e na formação sindical fomentada pelos sindicatos, ou seja, compreender a teoria dos sindicatos, da luta social, do socialismo científico e fazer destes elementos um discurso de base da categoria, para que se torne um exercício de vida, uma práxis.

A profissão docente possui em seu histórico um longo processo de alienação, tanto na produção do conhecimento como na organização sindical, oriundo de um projeto de educação que precisa de professores e professoras com remuneração baixa e carga horária esgotante justamente para que não se organize ou se mobilize, para que não fomente a criticidade nem no exercício da profissão nem no espaço sindical, ou seja, por mais que se absorva um pouco da teoria política social, que não consiga exercê-la, na prática.

Explicitando o que é a práxis, Noronha (2005) teoriza sobre as condições que a definem dentro do campo educacional, podendo ser interpretado no âmbito sindical.



A práxis, portanto engloba certas categorias fundamentais tais como: transformação do meio natural em que vive o homem (conquista e humanização da natureza, modificação, supressão e criação de objetos, transformação das condições naturais da vida humana); criação de distintas formas e instituições da vida humana – das interações, comunicação mútua e trabalho cooperativo e associativo. A luta pela sobrevivência leva à transformação das condições sociais da vida humana que é ao mesmo tempo autocriação e criação coletiva do homem (NORONHA, 2005, p. 88).

Sendo assim, a práxis seria o conjunto de teorias visando a justiça social posta em prática, com caráter coletivo e voltado à classe trabalhadora, como uma forma de pensar a transformação da realidade, ou seja, a transformação da sociedade, das profissões, da forma de viver e ver a vida. O sujeito, dentro do conceito de práxis, está posto como um ser social que pensa seu papel e espaço dentro de um coletivo.

No conceito de Marx encontramos um homem criador, que não só recebe impressões, mas que também as elabora, as interpreta, correlaciona, antecipa acontecimentos, esboça imagens e conceitos de objetos por produzir-se, cria formas e relações simbólicas para aplicações futuras. O sujeito dentro do conceito de praxis é, por definição, um ser social. Sua manifestação de vida, ainda que não apareça sob a forma direta de uma manifestação de vida comum, que se desenvolve juntamente com outros indivíduos, é, no entanto, uma manifestação e confirmação da vida social. Ao mesmo tempo em que, através do exercício de sua atividade o homem se apropria dos objetivos exteriores, os pensa e valora, se objetiva a si mesmo. A passagem da indeterminação à determinação, da “coisa em si” para “coisa para si” corresponde à passagem da “praxis utilitária” à “praxis revolucionária”; do “senso comum” à “consciência filosófica (NORONHA, 2005, p. 89/90).

Considerando esta análise, o ser social é um dos fatores necessários para obter a transformação social. Na perspectiva do sindicalismo docente, a práxis é necessária pois dela se entende que a vida pessoal não se distingue do meio coletivo, pois a vida pessoal é justamente o reflexo da vida no meio coletivo, ou seja, os fatores que precisam ser transformados através da práxis são coletivos e irão refletir posteriormente na vida pessoal dos sujeitos, através da ascensão de classes, da justiça social e da transformação da realidade cruel capitalista.

Tendo a classe trabalhadora docente compreendido a questão da práxis através do sindicato e entendido a mesma como forma de viver, se constrói o caminho para a mudança.

### **3.3 A educação como alternativa revolucionária para categoria docente**

Mesmo com as inúmeras problemáticas que assolam a escola pública e a categoria docente, se entende a educação como espaço de possível transformação e construção de uma nova realidade, pois é nela que se encontra a criticidade, o questionamento e a reflexão.

Pensar uma alternativa revolucionária para educação e conseqüentemente para categoria docente é pensar a mudança do sistema de maneira estrutural e considerar um longo processo a ser construído. Teóricos revolucionários como Marx, Engels, Lenin, Freire e Gramsci apontam o caminho do socialismo como forma de transformação social, já que é nele que a classe trabalhadora irá encontrar justiça social.

Freire irá pautar a educação como ferramenta de transformação pois a mesma pode proporcionar reflexão aos sujeitos, compreensão da realidade a ser transformada, sendo esse processo construído em todas as etapas educacionais.

Parece-nos que uma das fundamentais tarefas da educação brasileira, vista sob o ângulo de nossas condições faseológicas atuais, será, na verdade, a de criar disposições mentais no homem brasileiro, críticas e permeáveis, com que ele possa superar a força de sua "inexperiência democrática". Superar esta força e, perdendo o quase assombro em que se acha hoje, inserir-se à vontade no clima da participação e da ingerência. E isto em todos os graus: no da educação primária, no da média, no da universidade, e em qualquer tipo de ensino (FREIRE, 1959, p. 87).

A escola pública foi e ainda é de caráter positivista, ou seja, voltada para formação da mão de obra barata e alienada, sendo assim, é necessário que a forma de educar nas escolas passe por profundas mudanças em sua estrutura para que passe a cumprir sua função social e que realmente retorne para sociedade conhecimento crítico.

Na escola atual, em função da crise profunda da tradição cultural e da concepção da vida e do homem, verifica-se um processo de progressiva degenerescência: as escolas de tipo profissional, isto é, preocupadas em satisfazer interesses práticos imediatos, predominam sobre a escola formativa, imediatamente desinteressada. O aspecto mais paradoxal reside em que este novo tipo de escola aparece e é louvada, quando na realidade, não só é destinado a perpetuar as diferenças sociais, como ainda a cristalizá-las em formas chinesas (GRAMSCI, 2001, p. 49).

Gramsci expõe o fomento das desigualdades oriundos do sistema escolar vigente, que em síntese, prepara os filhos das classes dominantes para as profissões de prestígio na sociedade enquanto os filhos da classe trabalhadora se concentram na inserção no mercado de trabalho onde serão mão de obra barata e alienada. Se não há estudo e criticidade, mais distante está a classe trabalhadora da transformação da realidade social em que vivem. Pensando a organização e a educação como base das transformações, Gramsci faz parte da teorização do que futuramente será posto em prática.

[...] somos uma organização de luta, e nas nossas filas se estuda para acrescentar, para afinar a capacidade de luta de cada um e de toda a organização, para compreender melhor quais são as posições do inimigo e as nossas, para poder adequar melhor as nossas ações de cada dia. Estudo e cultura não são para nós outra coisa que a consciência teórica dos nossos fins imediatos e supremos e do modo que podemos conseguir traduzi-los em ação (Gramsci, 1978, p.49/50).

Para Karl Marx, mesmo que não tenha sido um objeto central de estudo, a educação faz parte da superestrutura que beneficia as classes dominantes (burguesia), e é uma das mazelas do sistema capitalista para manter a mão de obra alienada. Porém, para Marx as coisas não são imutáveis, então tudo é passível de mudança, inclusive o sistema educacional, que pode se tornar uma ferramenta da classe trabalhadora. No Manifesto do Partido Comunista (2001), escrito por Marx e Engels (2001) a última proposição prevê “Educação pública e gratuita para todas as crianças. Supressão do trabalho infantil em fábricas, em sua forma atual. Combinação de educação com a produção material, etc”.

Mesmo que não seja a educação a resolver sozinha todas as questões do mundo, ou principalmente as oriundas do sistema capitalista excludente e explorador, é nela que se inicia o processo de reconhecimento, de consciência de classe, de reflexão e pensamento crítico, para que a classe trabalhadora (seja ela docente ou não) possua clareza no entendimento das questões que envolvem o mundo do trabalho, suas condições e porque a classe trabalhadora está constantemente sendo dominada.

É preciso que a educação seja pensada na perspectiva da ascensão da classe trabalhadora e não da manutenção do sistema capitalista.

Limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas auto-servidoras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa. Do mesmo modo, procurar margens de reforma sistêmica no próprio enquadramento do sistema capitalista é uma contradição em termos. É por isso que é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativa diferente (MÉSZÁROS, 2005, p. 27).

Entender as correntes que limitam a organização de classe é o início do processo de mudança social, bem como é o início de uma nova perspectiva sobre o capital e sobre a exploração, entendendo que se considera enfrentar esse sistema e não se submeter a ele.

Ampliando o debate e fazendo da teoria uma prática de vida (práxis), a classe trabalhadora docente poderá compartilhar tal conhecimento enquanto exercício da profissão, fazendo disso um ciclo, onde o sindicato utiliza da educação para organização e mobilização, os professores e professoras utilizam-se da mesma para fomentar o debate político em sala de aula, e a criticidade que está presente na educação libertadora e emancipatória irá se encarregar de proporcionar a consciência de classe.

## **4. O SINDICALISMO COMO PARTE DA IDENTIDADE DO (A) EDUCADOR(A)**

Neste capítulo será discutida a identidade do(a) professor(a) com a finalidade de compreender o que impulsiona o engajamento militante da categoria, ou seja, o que faz com que o (a) docente se entenda enquanto classe trabalhadora e se interesse por fazer parte das lutas sindicais e das reivindicações. A identidade do(a) professor(a) será problematizada a partir do princípio de que o sindicalismo docente tem papel fundamental na formação desta identidade e que a mesma deve estar associada a práxis, estar presente na vida destes profissionais e não ser vista como algo paralelo ou distante.

### **4.1 Metodologia**

Pensando o método dialético crítico, segundo Netto (2009), Marx definia a teoria como a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa. É a partir da teoria que o sujeito reproduz em seu pensamento, a estrutura e a dinâmica do objeto de pesquisa. Desta forma, o intuito do pesquisador, indo além da aparência, sendo essa um nível de realidade, é apreender a essência do objeto. Deste modo, o método de pesquisa possibilita o conhecimento teórico, partindo da aparência, visando alcançar a essência do objeto. A partir da apreensão da estrutura e dinâmica da essência do objeto, por meio de procedimentos de análises, o pesquisador reproduz no plano do seu pensamento, mediante a pesquisa, elaborada pelo método, a essência do objeto que ele investigou.

Segundo Zago (2013) em contraposição ao senso comum, o método dialético, compromete-se em apreender a “coisa em si”, construindo uma percepção de realidade que leva em consideração a totalidade como algo em constante movimento e em constante construção social. “Ao considerar a realidade desta forma a dialética rompe com a pseudoconcreticidade, por desvelar as tramas que relacionam a essência ao fenômeno” (ZAGO, 2013, p.5).

O tipo de pesquisa, utilizada para o desenvolvimento do presente projeto de pesquisa, é a pesquisa qualitativa. Segundo Bauer e Gaskell (2008, p.23) “[...] a pesquisa qualitativa evita números, lida com interpretações das realidades sociais [...]”. Os autores abordam que a utilização da pesquisa qualitativa, estabeleceu espaço

para um olhar menos imperativo, ao que se refere a assuntos metodológicos, prática comum entre os precursores da pesquisa social.

Segundo Minayo (2007) a pesquisa qualitativa tem como intuito central a investigação de grupos sociais, suas opiniões e representações, levando em consideração o tema que se deseja pesquisar. Minayo (2012) aborda que pesquisas qualitativas envolvem um conjunto de fundamentos cujos sentidos se completam, tais como a experiência, vivência, senso comum e ação. Para compreender é preciso levar em conta a singularidade do sujeito. Entretanto, é preciso apreender que as experiências e as vivências de um sujeito acontecem no âmbito da história de forma coletiva e se desenvolvem de acordo com a cultura do grupo em que se insere. Desta forma, toda compreensão se torna limitada e inacabada, já que somos limitados, referente ao que compreendemos e interpretamos.

Desta forma, a pesquisa se constrói a partir de pesquisa bibliográfica, onde serão analisados materiais de autoras/es referentes a temática abordada. Ao objetivar a coleta de dados, a presente pesquisa divide-se em pesquisa bibliográfica e pesquisa exploratória, onde foram utilizados artigos, livros e entrevistas individuais referentes à temática abordada.

## **4.2 A identidade sindicalista do (a) professor (a)**

Partindo para análise necessária do perfil militante, visando compreender a organização dos associados do CPERS, com foco no 16° Núcleo, bem como quais fatores levam os educadores ao engajamento, Silva e Ruskowski (2016) trazem a perspectiva do alinhamento identitário, seja ele voltado para a concordância e alinhamento político, seja pela oposição/divergência. Os autores fomentam o debate acerca do pertencimento, do sentimento de encontrar, dentro de um espaço, demais pessoas engajadas na mesma causa ou reivindicação. Como são necessários ao engajamento militante sacrifícios pessoais (principalmente nas atividades de militância, onde é necessário além do estudo sindical, a presença física nas ruas), este também é posto como um fator:

O alinhamento identitário, seja por meio da convergência identitária, seja por meio da construção identitária, é um mecanismo necessário à participação continuada do indivíduo nas organizações, possibilitando a conformação de uma carreira militante. É por intermédio do alinhamento identitário que os militantes passam a se identificar enquanto parte de um “nós” particular, cuja

ação é orientada por sentidos e/ou molduras interpretativas compartilhados. É preciso, no entanto, evitar uma reificação da identificação coletiva construída a partir do alinhamento identitário. Ao contrário, este é um processo relacional e interativo, cujo resultado é constantemente negociado, avaliado e ressignificado. Por fim, as retribuições precisam estabelecer uma relação de retroalimentação com o engajamento para que este se mantenha ao longo do tempo: de um lado, o engajamento oferece determinadas retribuições (materiais, simbólicas, afetivas, emocionais) aos indivíduos; e, de outro, tais retribuições recompensam e, assim, reforçam o engajamento militante. É em função das retribuições, entendidas em sentido amplo, que o engajamento “vale a pena”; ou seja, são justificados, do ponto de vista do indivíduo, os custos, os riscos, os sacrifícios, os investimentos e/ou as renúncias demandados pelo engajamento (SILVA; RUSKOWSKI, 2016, p.219/220).

Silva e Ruskowski (2016) também pontuam que mesmo com as colocações postas sobre o engajamento militante, não existe uma fórmula que os define, mas que inclusive, a ausência de algumas características também deve ser considerada, pois o “perfil” do militante é variado e não é estático ou pré-definido.

Um aspecto importante a ser destacado é que, na análise de processos empíricos, observou-se que a presença ou a ausência de determinados mecanismos e as formas como estes se articulam apresentam significativa variação. Nesse sentido, os mecanismos aqui propostos não devem ser abordados como uma lista de condições necessárias e/ou suficientes. Ao contrário, em determinados casos, a ausência de determinado mecanismo pode ser compensada pela atuação de outro (por exemplo, vínculos afetivos intensos entre ativistas que compensam um limitado alinhamento com os marcos interpretativos da organização (SILVA; RUSKOWSKI, 2016, p.220).

Discutido algumas características do CPERS Sindicato e do engajamento militante, analisamos também os professores enquanto sujeitos sociais, que segundo Vale (2002), evolui a partir dos anos 80, a partir de uma redefinição da identidade coletiva da categoria.

A crítica que a autora apresenta é, também, acerca dos debates que movem os sindicatos de maneira geral. Vale aponta não haver de fato uma discussão referente às ideologias, o que acaba por limitar algumas problemáticas, e conseqüentemente, prejudicar a construção de uma identidade do sujeito enquanto coletivo. As disputas internas fomentariam muito mais tais diálogos do que os espaços de atuação sindical, mas serviriam apenas para o viés eleitoral.

Até no interior do movimento, as ações propostas e implementadas pela categoria nem sempre são abraçadas na sua totalidade pelos docentes, tampouco as discussões político-ideológicas realizadas nos momentos de greve, nas assembleias, nas reuniões formativas dos sindicatos, enfim, nos espaços de organização política dos professores, resultam de discussões

homogêneas e sem qualquer resistência interna à categoria. Ao contrário, quase sempre as divergências e os embates entre diferentes correntes políticas expressam-se nas lutas pelo poder da direção sindical, ou na luta para vir a ser o sujeito organizacional hegemônico da categoria (VALE, 2002, p.155).

Nesse sentido, foi possível analisar alguns fatores que contribuem para explicação acerca das mobilizações, engajamentos e o reflexo disso nas disputas internas, bem como na forma de organização sindical.

Com inúmeros enfrentamentos necessários para manter o mínimo de dignidade frente às temáticas da educação pública, a organização enquanto categoria se torna algo emergente, se somando, ainda, às mais diversas teorias do mundo educacional que pautam a resistência e interferência dos atores sociais na conjuntura de desmonte das políticas públicas que se estabelece.

Nesse sentido, também se discutirá o sindicalismo docente a partir do pensamento de Vale, que quando explana sobre a relação homem/sociedade, homem/educação popular, faz a crítica enquanto a revolta contra o sistema dentro dos ensinamentos voltados à teoria de educação popular. Tal argumento irá dialogar com a práxis do próprio educador.

Se você, como educadora popular, só se preocupar na escola pública em dicotomizar, ou seja, em separar o movimento de testemunhos ou rebeldia do momento de ensinar o conteúdo, você não faz nem uma coisa nem outra, ou melhor, você faz uma coisa inócua (VALE, 1992, p.75).

Sendo assim, as influências que configuram o sindicalismo docente se apresentaram de maneira sucinta, mas explicam a importância da mobilização e engajamento militante, bem como o que leva a tal estruturação.

Segundo Rêses, a identidade do(a) professor(a) é oriunda de uma construção social que deve ser analisada de maneira a considerar o contexto social dos sujeitos.

O conceito de identidade é carregado de ambiguidades e multifacetado. O termo tem sua trajetória teórica contemplada por diferentes campos: sociológico, antropológico, psicológico, filosófico, o que torna também complexo. Sendo assim, ele não pode ser analisado isoladamente ou fora do contexto social. É necessário considerar sua história, grupos, seu pertencimento e suas significações. Contudo, num aspecto os estudiosos estão de acordo: a identidade se constrói (RÊSES, 2015, p.27).



Nesse sentido se pensa a identidade como algo que depende de contexto, narrativa, pois ela não é fixa ou estável, como bem diz Silva (2000, p.96/97) “A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas relações com as relações de poder”, ou seja, não está relacionada somente com particularidades, mas com conceitos coletivos que envolvem as relações.

Para Marx, o sujeito é entendido como ser social, que possui vida coletiva e que entre a vida particular e social existe uma ligação, já que para ele o sujeito considerado produtivo na sociedade é aquele que “cujo poder de apreensão da realidade social o torna um ser consciente” (Rêses, 2015, p.30). Sendo assim, para Marx, o ser social é aquele, cujas ações cumprem uma função social.

A exteriorização da sua vida – ainda que não apareça na forma imediata de uma exteriorização de vida coletiva, cumprida em união e ao mesmo tempo com outros – é, pois, uma exteriorização e confirmação da vida social. A vida individual e a vida genérica do homem não são distintas, por mais que, necessariamente, o modo de existência da vida individual seja um modo mais particular ou mais geral da vida genérica, ou quanto mais a vida genérica seja uma vida individual mais particular ou geral (MARX, 1998, p.10).

Refletindo a influência do sindicalismo docente na construção da identidade docente, Rêses (2015) irá pensar a identificação do(a) professor(a) enquanto classe trabalhadora, que também vende sua força de trabalho, mas que pode se perder em meio às mazelas do sistema capitalista, que muitas vezes faz com que a identificação do profissional com a categoria não ocorra, devido a diversos fatores, como poder aquisitivo relativo, ideologia política burguesa dominante, dentre outros. Segundo Rêses:

Os sindicatos e coligações assumem uma importância vital na construção de uma identidade social de segmentos de trabalhadores, pois, enquanto mecanismos políticos, clarificam interesses, afirmam comportamentos e evocam positivamente a condição de trabalhador. Como este não detém os meios de produção nem posse dos produtos que realiza, o sindicato comparece como um modo de reapropriação, uma forma de lutar para reduzir a mais-valia extraída do trabalhador (RÊSES, 2015, p.32).

Assumindo que a identidade docente está ligada às lutas da categoria e às lutas pela justiça social, Freire (1993) irá entender a educação como um ato político, que se dará através da práxis. Para ele, a educação está ligada à criticidade, à reflexão e

ao posicionamento, sendo assim, é necessário que o(a) professor(a) não tenha medo de defender uma posição política ou um ideal político.

A compreensão dos limites da prática educativa demanda indiscutivelmente a clareza política dos educadores com relação a seu projeto. Demanda que o educador assuma a política da sua prática. Não basta dizer que a educação é um ato político. Assim como não basta dizer que o ato político é também educativo. É preciso assumir realmente a política da educação (FREIRE, 1993, p.46).

Além do contexto social e o sistema econômico, fatores culturais e de caráter pessoal também constituem a identidade do (a) professor (a). Segundo Pimenta (1999), a identidade se constrói também por questões de vivência, de meio, ou seja, envolve sim particularidades, mas não somente elas.

Uma identidade profissional se constrói, pois, a partir da significação social da profissão, da revisão das tradições. Mas também da reafirmação de práticas consagradas culturalmente e que permanecem significativas. Práticas que resistem a inovações porque prenes de saberes válidos às necessidades da realidade. Do confronto entre as teorias e as práticas, da análise sistemática das práticas à luz das teorias existentes, da construção de novas teorias. Constrói-se, também, pelo significado que cada professor, enquanto ator e autor conferem à atividade docente em seu cotidiano a partir de seus valores, de seu modo de situar-se no mundo, de sua história de vida, de suas representações, de seus saberes, de suas angústias e anseios, do sentido que tem em sua vida o ser professor. Assim como a partir de sua rede de relações com outros professores, nas escolas, nos sindicatos em outros agrupamentos (PIMENTA, 1999, p.9).

Em outras palavras, além do debate político, questões que envolvem histórias pessoais, o conhecimento de cada um, medos e conquistas, irá influir diretamente na formação de tal identidade, considerando que a bagagem de cada um tem papel na construção da personalidade dos sujeitos, o que irá determinar a forma do mesmo se relacionar nos mais diversos espaços. Pimenta e Lima (2004) também teorizam sobre a atuação docente no que se refere a se inserir nas lutas, como uma prática pedagógica.

De acordo com o conceito de ação docente, a profissão de educador é uma prática social. Como tantas outras, é uma forma de se intervir na realidade social, no caso por meio da educação que ocorre não só, mas essencialmente, nas instituições de ensino. Isso porque a atividade docente é ao mesmo tempo prática e ação (PIMENTA; LIMA, 2004, p.41).

Nesse sentido, podemos considerar que a identidade docente é formada pelas particularidades dos sujeitos, o meio em que vive, o contexto histórico, seu capital cultural, suas relações e o sindicato. Tudo isso estará refletido na práxis, onde o(a) docente transforma a teoria adquirida durante o processo de construção da identidade e do conhecimento, em prática.

Podemos pontuar como necessários para a formação da identidade docente primeiramente a consciência de classe, onde o(a) docente se reconhece enquanto classe trabalhadora, seguido do engajamento político militante, resultante da consciência de classe. A percepção sobre a necessidade de luta pela transformação da realidade social ocorre quando a categoria entende que faz parte da profissão e da identidade construída, o compromisso social.

#### **4.3 A atuação do 16º Núcleo do CPERS sindicato no cotidiano da categoria docente**

Partindo do princípio de que o sindicato é uma das ferramentas de luta da classe trabalhadora, aqui em específico a docente, e que o sindicalismo docente possui influência sobre a formação da identidade docente, o que irá resultar na sua prática e engajamento militante, iremos analisar o 16º Núcleo do CPERS sindicato. A análise buscará contemplar o grau de engajamento militante da categoria nos municípios que o núcleo abrange, a compreensão da formação da identidade docente e a relação dos(as) professores(as) com o sindicato por parte dos(as) dirigentes sindicais do Núcleo. Foram entrevistadas as duas últimas diretoras do 16º Núcleo, sendo elas Maria de Fátima Contreira e Elizabeth dos Santos Braga, sendo a última diretora atual do Núcleo.

As questões abordadas durante as entrevistas eram referentes a atual situação sindical, o tempo de inserção nas lutas e de atividade sindical, como enxergam a relação dos demais colegas com o sindicato e quais fatores acreditam que influenciam mais na mobilização da categoria.

Em conversa com a professora Maria de Fátima, a mesma conta que atua no meio sindical há 30 anos, e diz ter muito orgulho da trajetória que construiu, considerando o histórico de lutas que ajudou a travar frente aos governos inimigos da educação.

Minha relação com o Sindicato se iniciou quando trabalhava no município e os professores eram filiados no CPERS. Particpei como representante de escola, da elaboração do primeiro plano de carreira dos professores municipais e da eleição direta para diretor de escola (até então os diretores eram indicados) tenho muito orgulho desta etapa da minha trajetória sindical. São mais de 30 anos de atuação no Sindicato, a maioria do tempo como representante de base, no chão da escola e 10 anos como diretora do 16º Núcleo (sempre eleita) (Maria de Fátima Contreira, em entrevista concedida em 2021).

No que se refere a mobilização da categoria, quando questionada sobre os impasses e dificuldades, bem como sobre como os(as) colegas da categoria entendem o sindicato, a entrevistada analisa que muitos não se sentem pertencentes, mas que ainda assim é possível construir grandes mobilizações.

Com a experiência de muitos anos como representante de escola, sei que a categoria coloca todas as suas expectativas no próximo governante eleito e sempre se decepciona e é o Sindicato que precisa mobilizar e chamar para a luta, mesmo que muitas vezes os próprios colegas terceirizem a luta e achem que o Sindicato pode fazer a luta sozinho, sem entender que o Sindicato é cada um dos associados. Apesar de tudo, não desistimos porque acreditamos que a categoria pode se levantar contra estes governos tiranos e lutar. Tivemos muitos exemplos disto, o mais recente deles, foi na grandiosa greve de 2019. A maior dificuldade de mobilizar a categoria é o medo de demissão dos contratados, que são quase a maioria e o medo do desconto de salário, pois a categoria não pode perder mais nada, tamanha a sua miserabilidade (Maria de Fátima Contreira, em entrevista concedida em 2021).

Quanto às pautas que mais trazem adesão da categoria, Maria de Fátima Contreira pontua que são a salarial e a previdenciária, e que a negação de pertencer a classe trabalhadora, junto com a falta de formação sindical somam uma problemática de mobilização e de engajamento militante da categoria.

As pautas que mais mobilizam a categoria são a salarial e a previdenciária. A greve histórica de 2019 era a que mexia no plano de carreira, diminuía brutalmente os nossos salários, as nossas vantagens e o nosso tempo de aposentadoria. Apesar da luta grandiosa, o governo e seus aliados aprovaram o pacote de maldades. Infelizmente falta muita formação sindical e política para a categoria, muitas vezes é oferecida, mas não participam. O pior do que achar que não fazem parte desta categoria e do sindicato, é a negação que pertencem à classe trabalhadora. Ainda tem muitos professores que não aceitam serem chamados de trabalhadores em Educação (Maria de Fátima Contreira, em entrevista concedida em 2021).

Segundo a entrevistada, o CPERS é um sindicato de características democráticas, onde se manifestam diversas instâncias (plenárias, assembleias, congressos), e se tratando do Núcleo, além das participações nas atividades da

estadual do sindicato, o Núcleo também busca sempre proximidade com a categoria, mesmo em tempos de pandemia da COVID-19, utilizando assim as redes sociais para o fomento dos debates e a divulgação de algumas atividades.

O CPERS é o Sindicato mais democrático que eu conheço, além do Conselho Geral e a Assembleia Geral (onde todos os sócios podem participar) temos o Conselho do núcleo, onde participam os representantes das escolas e trazem as demandas dos colegas, este conselho ocorre uma vez por mês. Além destas instâncias, fizemos plenárias, rodas de conversas, visitas às 25 escolas de abrangência do núcleo e temos um grupo de Whats (Maria de Fátima Contreira, em entrevista concedida em 2021).

Sobre a mobilização da categoria do 16º Núcleo, Maria de Fátima enfatiza que nem sempre ocorre como esperado, mas que dentro das limitações impostas por motivos diversos, a categoria se faz presente nas ruas e nas lutas, em proporção ao que uma cidade de interior consegue mobilizar, como é o município de São Borja, que ainda se encontra dominada pelo latifúndio e o interesse de grandes empresários, engessando o pensamento crítico da população como um todo. Para a entrevistada, existiram momentos de angústia e de alegrias nas lutas e nas mobilizações. Fato é, que este Núcleo esteve sempre presente nas mobilizações, com as dirigentes sindicais, aposentadas(os) e demais militantes sociais aguerridos.

Mobilizar a categoria é o que move o Sindicato e muitas vezes os dirigentes se decepcionam por não conseguir e eu como dirigente já senti isto na pele e sofri muito por não conseguir, porém em outros momentos me senti muito feliz porque a categoria atendeu ao chamado do Sindicato. Uma coisa que gostaria muito de ter feito, te confesso que tentei, era conseguir que os estudantes fossem mais críticos e que através dos grêmios escolares nos ajudassem a lutar, para salvar a Escola Pública. O 16º está sempre nas ruas, lutando contra os governos do ajuste fiscal e da corrupção, independente dos partidos que estejam no poder. A categoria nem sempre atende o nosso chamado por n razões, agora na pandemia fizemos atos pequenos, apenas com alguns colegas e a direção do núcleo, mas já tivemos atos com mais de 300 pessoas, sei que é muito pouco pois temos 1.080 sócios, sendo que 600 pertencem ao município de São Borja. A categoria sempre é convocada pelas redes sociais e nas visitas às escolas (Maria de Fátima Contreira, em entrevista concedida em 2021).

**FIGURA 2** – Greve dos educadores e educadoras do estado do Rio Grande do Sul, em São Borja, em 2019, contra a reforma no plano de carreira dos (as) professores (as).



**FONTE:** Maria de Fátima Contreira.

Em diálogo com a atual diretora do 16º núcleo, Elizabeth dos Santos Braga, a mesma conta um pouco sobre sua trajetória sindical, onde iniciou em 2008 através de adesão a uma greve da categoria. É também quando inicia seu processo de identificação com a categoria e a construção de parte de sua identidade docente.

Na época eu tinha município, depois entrei para o Estado. Na minha época as coisas eram diferentes, minha mãe não tinha muita voz ativa e meu pai ditava mais coisas de direita pra nós. Então eu não participava de nada. Pouco tempo depois eu mudei de escola e nessas escolas eram comuns a não participação. Era visto como uma coisa muito “boa” não participar das atividades. Mas a Fátima sempre visitou as escolas e falou da importância de a categoria participar, então as vezes eu pensava e comentava com uma ou outras colegas, e os empecilhos eram terríveis, eu acabava ficando sozinha e não participava. Acho que minha participação, a primeira, foi em 2008 com a Yeda, aquilo ali foi terrível o que ela fez conosco. As visitas nas escolas que a Fátima fazia, ali, a gente se revoltou totalmente. Então na hora do recreio eu comentei com o pessoal, “se vocês não vão parar, eu vou, nem que seja só eu aqui”. Eu acabei conseguindo trazer outras colegas que disseram que não me deixariam parar sozinha. Acho que foi aí que começou. Aí eu fui pro comando de greve, e aí o envolvimento mesmo. Estou engajada totalmente desde 2011, a 10 anos (Elizabeth dos Santos Braga, em entrevista concedida em 2021).

Sobre o engajamento militante e como percebe nos colegas a relação com o sindicato, a identificação dos(as) professores(as) com a categoria, a entrevistada aponta:

Eles veem a importância do sindicato, veem a necessidade, mas como vou te dizer? Buscam, perguntam, mas tem os que negam, os que não participam, que veem como “não importante”. Nesse ponto a gente vê também que é muitos aqueles que descendem de uma família de direita ou de patrões. Nós temos muitos colegas de várias classes sociais, mas também tem colegas que são considerados de classe média que são lutadores, que são de esquerda, são bons e ferrenhos. Só que o mínimo mesmo de colegas quer se envolver na atividade toda, fazer esse tipo de trabalho que a gente faz no sindicato (Elizabeth dos Santos Braga, em entrevista concedida em 2021).

Sendo assim, podemos analisar que o perfil que compõe os associados do CPERS é muito diverso, e mesmo que se acredite em “várias classes”, não conseguem perceber o seu pertencimento a classe trabalhadora, cujo único antagonismo está na classe dominante, que precisa ser enfrentada. Os (as) professores (as) considerados classe média ou classe alta, na maioria das vezes é um burguês apequenado, que está muito distante de obter o controle ou os lucros dos grandes meios de produção, e sendo assim, não irá, jamais, pertencer a outra classe, se não a trabalhadora.

Sobre as motivações que levam os professores a se mobilizar e engajar sindicalmente, a diretora do 16º Núcleo aponta que:

Eu acho que é com relação ao salário né, a perda salarial. Eu acho que isso traz mais a categoria, mas o que a gente nota muito é uma grande luta nas redes sociais, a categoria participa, mas nas redes sociais, então em momentos que é para defender o salário, em público ainda é um pouco mais difícil. Na greve de 2019, que era pra manter o plano de carreira, aquilo ali foi muito grande, foi geral, tivemos escolas que fecharam 100%. É basicamente quando toca no bolso (Elizabeth dos Santos Braga, em entrevista concedida em 2021).

Assim como a entrevistada Maria de Fátima Contreira, a questão salarial é levantada como fator principal de mobilização. Ambas consideram que o que faz com que a categoria considere um “estopim” as ações dos governos, é quando se mexe no bolso da categoria. Sendo assim, se percebe que existem lacunas na formação da identidade docente, que espera momentos oportunos ou de espontaneidade para se integrar nas lutas, e no fim delas, retornam para seus espaços privados, particulares, já que não ocorre de fato um engajamento militante real, onde a organização sindical faz parte da vida docente, que requer compromisso, assiduidade e constância, tanto na prática como nos estudos teóricos sobre as transformações sociais e a prática docente.

Quanto à identidade do professor, Elizabeth aponta que o professor se identifica mais com a técnica de dar aula, com o conteúdo a ser passado ou sua atuação profissional do que com a identidade sindical, que também é de suma importância para construção da identidade docente.

Eu acredito que o professor se identifique com a sua função, com dar aula, com preparar o aluno, e muito pouco com a sua vida sindical. Que é uma coisa importante e necessária. O professor tem que ter o lado profissional, mas também tem que ter uma identidade sindical e uma participação sindical, e a gente nota isso muito pouco. Ele vê mais a sala de aula, a preocupação com a escola e com o aluno, que as vezes questões mínimas relacionadas a vida profissional eles vem nos procurar, para coisas básicas, como sua condição sindical por exemplo (Elizabeth dos Santos Braga, em entrevista concedida em 2021).

A problemática do não reconhecimento de si enquanto categoria e enquanto classe acaba por prejudicar a construção e formação da identidade docente, minando o campo político ideológico com desinteresse e ignorância, pois assim é mais fácil do sistema dominar os(as) trabalhadores(as), que muitas vezes, como dito pela entrevistada, não sabem questões básicas sobre o sindicato ou a profissão.

É importante ressaltar que a militância estabelecida através do 16º núcleo do CPERS, conta com professores(as) da ativa, aposentados(as), funcionários (as) e estudantes, e possuem como política a adesão às lutas sociais gerais e pela educação. É uma prática comum encontrar os(as) militantes do Núcleo nas manifestações do município contra a Reforma da Previdência e Reforma Administrativa). O CPERS também mobilizou a maior parte da categoria na última greve, em 2019, contando com a maioria das escolas fechadas com 100% de adesão da categoria, uma grande vitória para o Núcleo, que acaba por se caracterizar através de uma militância aguerrida e corajosa frente aos ataques dos governos contra a categoria e contra a educação pública.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa que teve como objeto de análise, a questão do sindicalismo docente como parte da construção da identidade do(a) professor (a), foi possível observar que em teoria, o sindicalismo docente deve fazer parte da construção da identidade do (a) professor (a), mas na prática, isso acontece pouco.

Analisando as percepções das diretoras sindicais do 16º Núcleo do CPERS sobre a formação da identidade docente, se percebe que há uma preocupação para que a categoria se identifique enquanto classe trabalhadora, para que reconheça e fortaleça o seu sindicato, e assim as lutas e reivindicações avancem. Porém, a observação que ambas as entrevistadas fazem é de que essa identificação não ocorre, o que dificulta a organização e a mobilização da categoria, já que não há engajamento militante, pois não há reconhecimento e identificação.

Mesmo que se apresente enquanto um longo caminho a ser percorrido, é possível construir a identidade docente partindo do princípio da consciência de classe, mas é um debate que precisa ser feito sem medo e alheio a qualquer teoria de neutralidade, pois reconhecer e problematizar a divisão de classes é o primeiro passo para que se entenda sobre sua realidade para enfim, poder transformar esta realidade, afinal, “A história de toda sociedade até nossos dias é a história da luta de classes” (Marx e Engels, 2001, p. 23).

Também é necessário pensar a profissão docente para além das amarras do capital, que torna a profissão e seu exercício mecanicista, engessado, burocrático. Por isso pensar a docência é pensar o enfrentamento dessas opressões, já que a realidade dessa categoria não permite que se dê ao luxo de permanecer estática ou conformada, sua desvalorização é tão grande, e seu reflexo na educação tão forte, que a necessidade de lutar por transformação é algo que faz parte da construção da identidade docente. O espaço para discutir, pensar, construir e consolidar essa identidade, para que se torne um militante engajado, é o sindicato.

Considera-se que o sindicato possui papel fundamental na construção da identidade docente, porém, ainda não encontrou formas de dialogar com a categoria sobre isso de maneira mais assídua, o que pode ser corrigido através de cursos de formação, ou seja, acesso ao conhecimento. Também é necessário constância nas atividades, para que a categoria não se disperse após as atividades. No caso do 16º Núcleo, se percebe que o diálogo com a base ocorre de maneira frequente e ativa,

considerando que a visita às escolas e a interação nas redes sociais são práticas que permanecem nas duas últimas direções eleitas, e o resultado disso se deu na greve de 2019.

Outro aspecto levantado no decorrer da pesquisa sobre sindicalismo docente foi a questão da práxis. É importante ressaltar que a ligação entre teoria e prática é fundamental, e sendo assim, é necessário que a categoria entenda porque é preciso pensar em sua identidade, no que isso irá refletir e suas consequências. Entender que como ser social, o docente vive de maneira coletiva e não alheio ao meio ou aos outros, cumprindo com a função social da docência que consiste em educar para a liberdade e emancipação. Assim, o docente estará exercendo a práxis, e conseqüentemente enfrentando o sistema.

Para concluir o pensamento a respeito dos resultados deste trabalho, se considera que os sindicatos influenciam na formação da identidade docente daqueles que se permitem ser influenciados, que estão dispostos a estudar e aprender sobre as questões sindicais, sobre o sistema e sobre o Estado. Esse processo de sindicalização irá contribuir para que o docente entenda sua condição, sua categoria, sua classe, e assim, lute em defesa dela.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1974.

ANTUNES, R. C. Origens, Evolução e Importância dos sindicatos. 1º Parte, p. 09-47. In: \_\_\_\_\_ **O que é o sindicalismo**. Coleção Primeiros Passos. 10º Ed. São Paulo: Editora Brasiliense S. A. 1985. 105 p.

BAUER, Carlos; MATOS, Alessandro Rubens de. **Marx, Engels e o sindicalismo docente**. Programa de pós-graduação em Educação. Universidade Nove de Julho – PPGE/Uninove (Brasil). S/A.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3ª ed. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro, 1987.

CARDOSO, Sergio Ricardo Pereira. **Associação Sul Rio-Grandense de professores: um nicho de desenvolvimento da consciência de classe docente em Pelotas (1929-1979)**. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2011.

CATTANI, Antonio David (coord). **Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia**. 4ª Ed. Ver. Ampl. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2002.

COELHO, 1988; CATANI, 1989; LUGLI, 2002; SILVA, 2004; CARDOSO & TAMBARA, 2011; CRUZ, 2008. Apud in RÊSES, Erlando da Silva. **De vocação para profissão: sindicalismo docente da educação básica no Brasil**. – Brasília: Paralelo 15, 2015. 196p.

CORREA, João Jorge. **A história do Cpers/Sindicato e a construção da sua presença no debate das políticas educacionais**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Colegiado de Pedagogia. Campus de Cascavel. S/A.

CPERS. **CPERS Sindicato – 50 anos – compromisso com a cidadania plena**. Porto Alegre: Editora Tchê, 2019.

ENGELS, Friedrich, MARX, Karl, LENIN, Vladimir, TROTSKY, Leon. **O marxismo e os sindicatos**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, São Paulo, 2008

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. **Sindicalismo Docente**. Gestrado. UFMG. 2010. Acesso em: <https://gestrado.net.br/verbetes/sindicalismo-docente/>

FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira**. Recife, 1959. Tese de Concurso Público para cadeira de história e Filosofia da Educação na Escola de Belas-Artes de Pernambuco.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. São Paulo, Cortez, 1993. (Col. Questões de Nossa Época, 23).

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da Escola Improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. Os intelectuais. **O princípio educativo.** Jornalismo. Volume 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, A. **La costruzione del partito comunista (1921-1926).** Turim: Einaudi, 1978.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas. 2007.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O que Fazer?.** Arsenal Lênin, Boitempo. 2020.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos.** São Paulo, Abril Cultural, 1978. (Col. Os Pensadores).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo, Moraes, 1984.

MARX, Karl; Engels, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** Tradução de Sueli Tomazzini Barros Cassal. Porto Alegre. L&PM, 2001.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Livro I, Vol. I. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005, 80 pp.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva [online].** 2012, v. 17, n. 3 [Acessado 22 Junho 2021] , pp. 621-626. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>>. Epub 13 Nov 2012. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da teoria social.** Brasília: CFESS/ABEPSS. 2009.

NORONHA, Olinda Maria. Práxis e Educação. **Revista Histedbr** On-line, Campinas, n. 20, p. 86 a 93, dez. 2005

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Saberes pedagógicos e atividades docentes.** São Paulo: Cortez, 1999, p.15-34).

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência.** ed. São Paulo: Cortez, 2004.

RÊSES, Erlando da Silva. **De vocação para profissão: sindicalismo docente da educação básica no Brasil.** – Brasília: Paralelo 15, 2015. 196p.

REVISTA 16º NÚCLEO CPERS SINDICATO. **A história do 16º núcleo/São Borja.** nº 4. Porto Alegre, 2008.

SILVA, Marcelo Kunrath; RUSKOWSKI, Bianca de Oliveira. Condições e mecanismos do engajamento militante: um modelo de análise. **Revista Brasileira de Ciência Política**, no 21. Brasília, setembro - dezembro de 2016, pp 189-228.

SOUZA, Isabela. **História do sindicalismo no Brasil e no mundo.** Politize!. História dos sindicatos. 2017. Acesso em: <https://www.politize.com.br/sindicalismo-no-brasil-e-no-mundo/>

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** - 18.ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

TIE Brasil. **Lênin sobre os sindicatos.** Transnationals Information Exchange. Curitiba/PR, Brasil, 2008.

VALE, Ana Maria do. **Diálogo e conflitos:** a presença do pensamento de Paulo Freire na formação do sindicalismo docente. São Paulo. – Cortez, 2002.

VALE, Ana Maria do. **Educação Popular na Escola Pública.** São Paulo, Cortez, 1992. (Col. Questões da nossa época, 8)

ZAGO, Luis Henrique. O método dialético e a análise do real. **Kriterion: Revista de Filosofia** [online]. 2013, v. 54, n. 127 [Acessado 22 Março 2021] , pp. 109-124. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-512X2013000100006>>. Epub 07 Maio 2013. ISSN 1981-5336. <https://doi.org/10.1590/S0100-512X2013000100006>.